Ás nove horas e sete minutos, do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, reuniram- se no “Grupo da Fraternidade Irmão Altino” sito à Rua Álvares Cabral, nº 381 – Campo do Galvão, - os membros deste Conselho com a presença de treze membros, sendo nove titulares e quatro suplentes. Dando início aos trabalhos o Presidente Dr. Marcus Vinícius abriu a reunião desejando bom dia a todos e certificou se a mesa diretora já estava composta. Fez a leitura dos ofícios recebidos apresentando para os conselheiros. Fez a leitura da ATA da reunião do Conselho Municipal de Saúde – Comissão Executiva e Mesa Diretora em relação a regulação do SAMU de Guaratinguetá com o município de Pindamonhangaba, foi aprovada a regulação. Consideramos que está legalizado autorizamos o convênio. Deixou que o vídeo sobre a aprovação da alteração da lei orgânica e mesa diretora seria apresentado antes da ordem do dia. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes lembrou que essa solicitação do vídeo foi pedida e abordada na reunião do conselho. Disse que foi colocado em pauta devido ao fato que na lei orgânica só era possível o presidente de o conselho ser um profissional de saúde e isso desencadeou todo esse problema. Com a palavra o Dr. Marcus Vinícius apresentou o vídeo para o conhecimento dos conselheiros. Foi exposta a sessão da câmara, onde foi feito a votação em relação a alteração da lei orgânica para a formação da mesa diretora do conselho de saúde. Deixou aberta a discussão dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes alegou que gostaria de ter a opinião de cada conselheiro em relação à votação, e explanou que acha inadmissível o porta-voz do Prefeito subir a tribuna e falar contra o projeto do mesmo. Com a palavra a conselheira Débora Claro explanou que o vereador João Pita ter sido contra já é uma prova de que o presidente tem capacidade de poder exercer o cargo sem ser manipulado pela secretaria de saúde. Explicou o porquê disso, não é por que jogam no mesmo time que tem que estar do mesmo lado. Disse que procura entender tudo que está acontecendo e que se sente mais aliviada em colocar uma pessoa que seja profissional da saúde pelo fato de ter um melhor conhecimento de saúde, onde consegue se impor mais, e possui sua própria opinião. Com a palavra o conselheiro Zélio Ramos deu bom dia a todos e falou que a opinião era de cada vereador, acha que o prefeito não tem nada a ver com a decisão deles. Com a palavra o Sr. Saluar Magni fez uma ponderação nesse sentido, disse que quando foi solicitada essa matéria, foi quando se descobriu na lei orgânica que a presidência tinha que ser um profissional de saúde, que até aquele momento não era. Apesar de o conselho ser da saúde, existem muitas pessoas que não são profissionais da saúde. Alegou que o que essas votações discutem não é a aprovação do pedido, é a gravidade do pedido. E hoje temos uma câmera completamente dividida, acha maravilhoso ser assim, pois demonstra o poder da democracia. Solicitou uma votação no conselho para verificar se pede novamente ao executivo que seja feita essa alteração de que o presidente do COMUS não venha a ser profissional da saúde. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes disse que esse assunto foi colocado em reunião do COMUS no ano passado, inclusive a secretária de saúde estaria encaminhando o projeto ao prefeito. E deixou sua indignação de que não foi comunicado o dia em que seria discutido e votado a alteração da lei orgânica municipal na câmara dos vereadores. Com a palavra o Sr. Saluar Magni disse que na época o Adilson era secretário executivo, tinha contato com os vereadores, então se não foi avisado ele deveria ir questionar com os mesmos. Com a palavra o Dr. Marcus Vinícius falou que faríamos à votação de levar novamente esse projeto a câmara. Com a palavra o conselheiro Zélio questionou a respeito de o presidente ter que ser alguém com formação na área da saúde ou atuação na área da saúde. Com a Palavra o Dr. Marcus Vinícius respondeu que teria que ser um profissional com formação na área da saúde. Com a palavra o conselheiro Marlon Pisani disse que a fala do vereador Marcelo da Santa Casa apresentado na gravação, foi diferente do que a outra vez, já que existem profissionais da saúde que não são de formação, eu trabalho no administrativo da saúde, mas não tenho a formação na saúde, disse que a gente precisa chegar a um consenso. Com a palavra o Sr. Saluar Magni deixou que considera isso muito subjetivo, explicou que existem profissionais que atuam na saúde, mas não são profissionais de formação e que na lei exige que o presidente seja profissional em formação na área da saúde. Questionou para o conselheiro Marlon se quem trabalha no Hospital é um profissional de saúde. Com a palavra o Sr. Saluar Magni disse que isso não define o profissional de saúde. Com a palavra a Sra. Maristela Macedo disse que sua filha trabalha no AME em Lorena, e ela não é profissional de saúde. Com a palavra o Dr. Saluar Magni alegou que acha a objetividade desse tema não é palpável. Acha que ser profissional de saúde não é necessário para o conselho municipal, porque para secretário de saúde, não precisa ser necessariamente profissional de saúde. Com a palavra a Sra. Fernanda Muriano concordou com o que o conselheiro Saluar disse, mas ainda ficou com dúvidas, a importância de o presidente ser um profissional de saúde, mas também se fecha a muitos que não tem os requisitos exigidos pela lei. E outra questão sobre profissionais na área da saúde tomar vacina, disse que todos que estão dentro do hospital têm que tomar a vacina, não apenas os enfermeiros e médicos, como também os recepcionistas e seguranças, porque eles também tem contato com o público. Com a palavra a Sra. Maristela Macedo explicou que a vacina é para o profissional que trabalha na área da saúde, priorizamos o grupo de risco. Com a palavra o conselheiro Paulo Jeferson explanou que acha que tem que ser analisada muitas fontes e contexto em relação ao presidente ser profissional da saúde. Com a palavra o conselheiro Marlon Pisani alegou que acha extremamente necessário ser revisto, disse que vê duas dificuldades, a de formação de chapa concorrente e o vice- presidente que é uma figura que jamais assumirá, por não ser profissional da saúde. Com a palavra o vereador Nei Carteiro desejou bom dia todos explanou que o que faltou foi o diálogo entre o poder executivo e os vereadores. Falou que não viu interesse do prefeito em aprovar. Ficou surpreso, porque votou a favor e explicou que não era para defender o prefeito e sim porque seu voto não é focado na proposta apresentada. Com a palavra o Dr. Saluar Magni concordou com o vereador Nei Carteiro, disse que acha até melhor do que mandar para o executivo. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes disse que o grande problema é a respeito de outra chapa, explicou que no conselho trabalhos com qualidade. Se o conselho enxergar que é interessante a alteração da lei orgânica, que para ser o presidente não haja necessidade de ser um profissional da saúde é extremamente necessário que esse projeto volte a discussão e se colocou a disposição para requereruma nova avaliação sobre a proposta do projeto. Com a palavra o Dr. Marcus Vinícius alegou que teria que rever muito mais coisas em relação a lei orgânica e deixou aberto à escolha dos conselheiros para encaminhar a mesa todas as dúvidas para fazer uma discussão e uma interação para ver se terá novamente essa votação. Com a palavra o Sr. Saluar Magni alegou que a colocação do vereador Nei Carteiro daria solução ao problema, ele faz o projeto e leva para a câmara, seria melhor do que mandar para o executivo. Com a palavra o conselheiro Adilson Lopes disse que o conselho tem que ir até a câmara e explanar para os vereadores o problema que existe, pois temos que respeitar a paridade se tem um prestador que não queria participar, não forma –se a chapa . Temos que dar algum apoio ao projeto do vereador, temos que mostrar nossas dificuldades. Com a palavra o vereador Nei Carteiro sugestionou a presença do presidente do COMUS na Câmara Municipal de Saúde para apresentar a dinâmica e a real necessidade da alteração da lei. Com a palavra o Dr. Marcus Vinícius disse que era para verificar o dia da votação e afirmou que seria interessante a apresentação para os vereadores. E abriu a votação em apoio ao vereador Nei Carteiro, representante do legislativo e da comissão de saúde, que se comprometeu a encaminhar novamente a Câmara Municipal de Guaratinguetá o projeto para a avaliação da alteração da lei orgânica, o mesmo foi aprovada por unanimidade. Com a palavra o Dr. Marcus Vinicius voltou a pauta pra os informes do gestor e informou o inicio da regulação do SAMU de Guaratinguetá. O conselheiro Adilson Lopes deixou que solicitou umas informações na reunião retrasada, sobre o comitê materno infantil e sobre a ouvidoria do SUS. Com a palavra a Secretária Maristela Macedo alegou que o comitê de mortalidade infantil já foi publicado e os óbitos estão sendo investigados. Explicou que quem está exercendo a função de ouvidor do SUS é a Bruna que trabalha na secretaria da saúde. E sobre a UTI Neonatal disse que o contrato do prestador que teve o aval deste conselho consta com seis leitos de UTI, o valor é referente aos seis leitos, a questão de receber ou não o dinheiro é do próprio município e não do prestador, e que vem dentro do contrato regulamentando o valor como se tivesse sido repassado, já foi veiculado dentro do ministério da saúde, e não foi localizado este processo para efetivamente dizer se esse impacto veio ou não, e quando se faz o retrospecto do fundo municipal, não conseguimos identificar se esse recurso veio ou não, porque na época o ministério fazia uns reajustes de compensação de teto . Com a situação do país isso foi estancado e hoje faz se necessária solicitação formal. Disse que recentemente conseguimos uma médica auditora, e agora ela está verificando as contas dentro dos dois hospitais, mas está focando na UTI. Deixou que se quisesse, passaria o ofício com solicitações técnicas que a Dra. Flávia enviou para os prestadores. Com a palavra o Dr. Marcus Vinícius deu as boas-vindas para a Andreia, que é a conselheira suplente representante da Pastoral da Saúde. Com a palavra o Sr. Saluar Magni agradeceu a participação de todos. Não havendo nada mais a tratar a reunião encerraram-se às dez hora e quarenta e quatro minutos, lavrando-se á presente ata que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei e pelos demais membros conforme lista de presença. Lembro também que a presente reunião encontra-se disponível em recurso multimídia de gravação em DVD disponível em arquivo do conselho e à disposição dos Srs. Conselheiros e a quem possa interessar, de direito, para consulta a qualquer momento.

Deliberações: